



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003242-08.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Elisangela Moreno Bonjorno**
 Requerido: **Agraben Administradora de Consórcios Ltda e outros**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ELISANGELA MORENO BONJORN propôs ação de rescisão contratual e restituição de valores em face de **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA** e seus sócios, **ADHEMAR BENETTON JÚNIOR, GONÇALO AGRA DE FREITAS** e **LUIZ HERALDO BENETTON**. Alegou que firmou, em 10/05/2013, contrato de adesão, ingressando em consórcio para a compra de uma motocicleta Honda, modelo CB 300R. Informou que realizou o pagamento de 33 parcelas, no valor de R\$ 7.914,46, quando foi surpreendida com a notícia da liquidação extrajudicial da primeira requerida, e suspensão do consórcio por prazo indeterminado. Requereu a gratuidade processual, a inversão do ônus da prova, a rescisão do contrato, o ressarcimento dos valores pagos acrescidos de juros de mora e correção monetária e a desconsideração da personalidade jurídica.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 09/54 e posteriormente às fls. 60/62.

Deferida a gratuidade processual à fls 63.

Citada (fl. 81), a primeira requerida apresentou resposta em forma de contestação (fls. 86/101). Preliminarmente, aduziu a falta de interesse de agir requerendo a extinção do feito sem julgamento do mérito. No mérito, alegou que não houve encerramento do grupo de consórcio, sendo que a decretação da liquidação extrajudicial não prejudica a continuidade das operações. Que a saída do consórcio não lhe dá direito à restituição dos valores pagos a título de taxa administrativa, fundo comum do grupo, juros, multa e seguro de vida. Impugnou a aplicação dos juros de mora sobre os débitos da massa liquidanda e requereu a observância do procedimento da habilitação nos autos do processo de habilitação extrajudicial. Impugnou a inversão do ônus da prova. Requereu os benefícios da Justiça Gratuita e a improcedência da ação. Juntou documentos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

às fls. 102/170.

Réplica às fls. 176/179.

Citados (fls. 77 e 240) os demais requeridos apresentaram resposta em forma de contestação (fls. 198/207). Preliminarmente, suscitaram a ilegitimidade passiva dos sócios da requerida, bem como da Novamoto, requerendo a extinção do feito sem o julgamento do mérito. No mérito, aduziram que não fazem parte da relação jurídica formada com a realização do consórcio, mantendo apenas contrato de prestação de serviços com a corré Agraben, estando autorizados somente a comercializar cotas do consórcio, sendo que a administração dos recursos financeiros dos consorciados e funcionamento dos grupos de consórcio era realizado pela Agraben. Informaram que a partir de setembro de 2017 as cotas de consórcio administradas pela Agraben foram transferidas para outra empresa, que está retomando as atividades relativas aos grupos. Requereram a improcedência da ação. Juntaram documentos às fls. 208/232.

Réplicas às fls. 176/179 e 243/246.

É o relatório.
Fundamento e deciso.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

De início, diante da documentação acostada aos autos (fls. 107/ 128), demonstrando a incapacidade da requerida Agraben para arcar com as custas do processo, **defiro a gratuidade requerida. Anote-se.**

Preliminarmente, não há que se falar em falta de interesse de agir da autora, que se utilizou do meio correto para alcançar a sua pretensão.

Verifico que se encontra caracterizada a relação de consumo, havendo de um lado o consumidor e do outro um fornecedor. Assim, inequívoca a aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

A inversão do ônus da prova entretanto, não é regra absoluta. Ela é dada, a critério



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

do juiz, quando demonstradas a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência da parte autora, sendo que, qualquer desses dois requisitos deve ser apontado pela parte que a requer.

No caso concreto, observo que a parte requerida detém melhores condições para provar a falsidade das alegações da autora, ficando deferida a inversão do ônus da prova suscitada.

Pois bem, respeitados entendimentos em contrário, mesmo com a aquisição nas dependências da Novamoto, havendo alguma espécie de parceria, ela não está vinculada aos fatos apontados na inicial.

A análise do contrato social dessa requerida indica que ela se dedica à compra e venda de motocicletas, não possuindo ligação direta com a atividade de consórcio, que exige autorização especial do órgão regulador, sendo essa atividade desenvolvida pela Agraben.

A Administradora de consórcio é a verdadeira responsável pelos contratos que celebra.

Nem se diga que no caso da entrega de alguma motocicleta ao consorciado, mediante o pagamento prévio do valor respectivo, surgiria vinculação entre as partes, pois ela não seria suficiente à sua responsabilidade pelo descumprimento das cláusulas do contrato de consórcio.

Ficou assentado que a Novamoto não pode se responsabilizar pela atuação da firma de consórcios, garantia exclusiva dos contatos que celebra.

Realmente, quando alguém pretende celebrar contrato na modalidade de consórcio, o faz diretamente com a firma que o administra, e não com terceiros. A relação jurídica de direito material é única e vincula a autora e a Agraben.

Não está presente nenhuma das modalidades de solidariedade legal e muito menos há motivos para que se reconheça a contratual. O receio da parte autora ficar sem nada receber, por conta da parte responsável se encontrar em liquidação extrajudicial não é suficiente para criar a solidariedade.

Ficam afastadas, ainda, as regras do art. 7º, parágrafo único e 25, §1º, do CDC, por não se vislumbrar qualquer espécie de dano perpetrado pela Novamoto, a autora.

Da mesma forma, não há que se falar na permanência dos administradores Adhemar, Gonçalo e Luiz no polo passivo da ação. O contrato foi realizado entre a autora e a corré Agraben, sendo esta a parte legítima para responder à ação. A desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica é procedimento excepcional, aplicado apenas quando esgotados os meios para a satisfação do crédito, se constata o abuso da personalidade jurídica e fraude à execução.

O art. 50, do CC dispõe que:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Como dito, o medo de a parte autora ficar sem nada receber não é razão hábil a caracterizar a necessidade de se utilizar de tal instituto.

Assim, ficam excluídos da lide, por ilegitimidade, os requeridos **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, ADHEMAR BENETTON JÚNIOR, GONÇALO AGRA DE FREITAS e LUIZ HERALDO BENETTON**.

Dito isso, passo ao mérito.

Não há dúvidas de que houve relação contratual entre a autora e a ré Agraben, administradora de um grupo de consórcios adquirido pela requerente. O contrato de fls. 14/17, bem como os documentos de fls. 18/54, comprovam a relação jurídica entre as partes, sendo que a própria ré Agraben confirma a existência de contrato, discutindo apenas o valor a ser restituído.

A requerida Agraben se encontra em liquidação extrajudicial por determinação do Bacen, datada de 05 de fevereiro de 2016, mas tal condição não impede a sequência deste feito. A liquidação extrajudicial gera apenas a necessidade de habilitação ao crédito, sendo que não há razões para que não forme o título executivo judicial, apto a ser habilitado pelas vias ordinárias e próprias.

A requerente contratou e efetuou pagamentos pela cota de consórcio adquirida, mas, em virtude da liquidação da Agraben, não ocorrerá a entrega do objeto pretendido, o que leva à necessidade de devolução dos valores pagos. Ou seja, ainda que se encontre em liquidação, não pode a autora suportar o prejuízo causado pela requerida, que não cumpriu com suas obrigações contratuais, sendo que a não restituição dos valores gastos acarretaria no enriquecimento ilícito da ré.

A restituição dos valores deverá ocorrer de forma integral, visto não ter a parte autora participado, de forma alguma, na ocorrência posterior que impediu a continuidade da contratação, não podendo suportar nenhum prejuízo.

Assim, não tendo qualquer repercussão o contrato, despesas com taxa de administração, fundo comum do grupo ou outros, não devem prosperar, sendo de rigor a devolução de todos os valores pagos.

Não se pode conceder, porém, os juros de mora, e isso por conta da regra prevista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

no artigo 18, da Lei nº 6.024/74, *in verbis*:

"Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:(...) d) não fluência de juros, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo".

À falta de impugnação específica quanto ao valor pago em razão do consórcio e, considerando os documentos apresentados nos autos referentes aos valores despendidos, ficam estes tidos como verdadeiros.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA A AÇÃO**, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do NCPC, em relação à ré **NOVAMOTO VEÍCULOS LTDA, ADHEMAR BENETTON JÚNIOR, GONÇALO AGRA DE FREITAS e LUIZ HERALDO BENETTON**. Ademais, **JULGO PROCEDENTE** ação, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, para declarar a rescisão do contrato de consórcio firmado com a autora, tornando inexigível quaisquer débitos a ele relacionados, ficando condenada a ré ainda, a pagar integralmente à parte requerente, a quantia por esta despendida, no valor de R\$7.914,46, acrescida de correção monetária a partir do desembolso de cada montante que a compôs, pela tabela prática do TJSP.

A ré arcará com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação atualizado, observando-se a gratuidade concedida.

Condeno a autora ao pagamento do valor de R\$ 1.000,00 à NOVAMOTO. VEÍCULOS LTDA, ADHEMAR BENETTON JÚNIOR, GONÇALO AGRA DE FREITAS e LUIZ HERALDO BENETTON, a título de honorários advocatícios, observando-se a gratuidade deferida.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sentença, que deverá ser fito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**